

*Entrevista*

## Sobre biografia e história: entrevista com Benito Bisso Schmidt

*Jocelito Zalla\**

*Katani Maria Monteiro Rufatto\*\**

---

O Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt é conhecido pelas suas pesquisas biográficas e por reflexões teóricas e metodológicas a respeito da biografia no campo da História. Seu doutorado, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), versou sobre dois militantes do movimento operário no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República; um dos trabalhos pioneiros do gênero biográfico na historiografia brasileira e profissional-contemporânea, publicado com o título *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas* (Palmarinca, 2004). Organizou, com Angela de Castro Gomes, *Memórias e narrativas (auto)biográficas* (Editora da UFRGS, FGV Editora, 2009) e, com Alexandre de Sá Avelar, *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica* (Letra & Voz, 2012), entre outras publicações. É professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em História.

---

\* Professor no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS). Pesquisador no Laboratório de Ensino de História e Educação da instituição (LHISTE/UFRGS). Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

\*\* Professora no curso de História e no programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Também integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhist) e é pesquisador no Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS (Lhiste). Foi professor convidado em várias instituições estrangeiras, como a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), a Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e a Universidade Hebraica de Jerusalém. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de História Oral (HBO) e presidente da Associação Nacional de História (Anpuh). Também dirigiu o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, entre 2008 e 2011.

Por ocasião do Encontro Estadual de História da Anpuh/RS deste ano, nos encontramos com o professor Benito Schmidt na cidade de Santa Cruz do Sul, quando ele nos concedeu a seguinte entrevista.

**Primeiramente, nós gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Seu nome é uma grande referência dos estudos biográficos no Brasil. Poderia falar um pouco sobre sua trajetória profissional e intelectual e sobre como a biografia chegou em ti?**

Quando a gente faz esses retrospectos, tanto informalmente quanto para fins de memoriais acadêmicos, a gente corre o risco de cair naquilo que mais critica nas biografias tradicionais, que é a “ilusão biográfica”, seguindo a expressão de Bourdieu. Porque é uma tendência um pouco natural das nossas narrativas tentar estabelecer uma coerência, uma constância. Já de antemão eu me desculpo por isso. Eu até tenho um certo método para evitar a ilusão biográfica, que é apontar que a biografia nunca foi um tema que tenha me interessado particularmente antes do mestrado. Nunca tive, assim, durante a graduação, preocupação com essa questão, ou mesmo um gosto mais difuso por biografias. Isso nunca esteve no meu horizonte. A ideia de fazer a biografia no mestrado, que é o meu primeiro trabalho nesse sentido, veio de uma sugestão externa. Na época, eu trabalhava com a professora Sílvia Petersen<sup>1</sup> (que é minha colega ainda hoje na pós-graduação), num projeto sobre a vida cotidiana, mais de cunho teórico-metodológico. Então, nós líamos na época diversos autores e pensávamos no que eles poderiam contribuir teoricamente para uma análise da vida cotidiana: Agnes Heller, Michel de Certeau, Michel Maffesoli. Em algum momento, a Sílvia me deu uma caixa de documentos que tinha coletado a respeito de um militante, o Antônio Guedes Coutinho,<sup>2</sup> porque ela é uma pesquisadora importante da história do movimento operário aqui no Rio Grande do Sul. Ela foi reservando

esses documentos para um trabalho posterior. Ela me deu essa caixa e sugeriu que a gente fizesse uma biografia, a partir da perspectiva da vida cotidiana. Foi, digamos, uma encomenda externa. Não teve nada de vocação. Essa atitude mais individual e generosa da Sílvia “coincidiu”, entre aspas, com o momento historiográfico de início das discussões sobre biografia, num plano mais amplo. A Sílvia esteve na França, na época, fazendo um pós-doutorado, e me trouxe uma série de textos publicados lá sobre biografia. Na época eu também tive contato com uma discussão que estava se desenvolvendo na Unicamp, num seminário sobre biografias. Vários textos, que foram traduzidos e publicados depois, como “A ilusão biográfica”, do Pierre Bourdieu, e “Os usos da biografia”, do Giovanni Levi, já haviam sido traduzidos pelo pessoal da Unicamp, para discussão nesse seminário. A professora Beatriz Weber,<sup>3</sup> que fazia seu doutorado na instituição, me passou os textos. Aí, teve mais uma coincidência. Logo que eu terminei a graduação, comecei a trabalhar na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e a atuação mais importante do Coutinho foi, justamente, em Rio Grande, como militante operário. Lá, eu pude aproveitar para ver mais arquivos, como o arquivo da instituição onde ele militou, que é a Sociedade União Operária, os jornais da Biblioteca Rio-Grandense. Enfim, foi a partir dessa série de fatores que o objeto, ou que o campo da biografia, entrou nas minhas preocupações. O mestrado foi sobre esse militante. Bem isso que a Sílvia tinha me sugerido, de fazer uma biografia a partir da perspectiva da vida cotidiana.<sup>4</sup> Ela foi minha orientadora. Assim, foi se decidindo um pouco o fio condutor da minha produção, de eu fazer outras biografias depois, mas também de fazer reflexões de caráter mais historiográfico, teórico, sobre a biografia. Não sei muito bem por que isso aconteceu. Eu acho que fui gostando das discussões. Era um tipo de campo muito aberto, em que eu podia discutir questões amplas da historiografia, questões clássicas, como a relação entre indivíduo e sociedade, questões mais contemporâneas, como a narrativa. Então, por um lado, a biografia se mostrou um fio condutor, mas também me permitiu uma flexibilidade para pensar personagens diferentes. Eu nunca fui daqueles historiadores (“nunca fui” – olha aqui a ilusão biográfica!), que estudam uma coisa só. O que, inclusive, eu acho superlouvável. Tem colegas que possuem um campo muito delimitado e que fazem isso em toda a sua vida e chegam a um nível de profundidade naquele campo, assim, muito, muito grande. Eu acho que eu preferi ter esse fio condutor que me dá uma certa segurança, mas experimentar períodos

diferentes, documentações diferentes, o que também tem o risco da superficialidade. Abordar um período novo exige começar a ler tudo de novo, pode-se não estar a par de alguns debates, enfim, de alguns acervos. Mas eu prefiro assim. E eu acho que tem outro lado que é do campo mesmo. Como eu fui um pouco pioneiro, aqui no Brasil, nesses estudos, começaram a me convidar para coisas, e isso te empodera no campo. Então, eu fui encontrando um lugar nas discussões historiográficas e no campo acadêmico. Um lugar bom, o chão do campo mesmo, de convites, de participações em redes, o que me fez gostar do tema e ficar com vontade de continuar nessa área.

**Nesse momento inicial de discussão da biografia, tu encontrou algum tipo de resistência na área mais ampla de história a projetos de estudos biográficos? Alguma resistência teórica?**

Não... não encontrei. Eu entrei no mestrado em 1994, e tanto os colegas quanto os professores que eu tive ficaram muito empolgados com o tema. Eu acho que tem um outro tipo de resistência que não é de um grupo específico, mas é de como pensar a biografia. Sempre me pediram muito para justificar o porquê desses personagens que eu estudei, porque valia a pena estudar o Guedes Coutinho, ou depois, no doutorado, o Carlos Cavaco e o Francisco Xavier da Costa,<sup>5</sup> militantes socialistas também. Na verdade, um pouco essas justificativas a gente inventa, como a questão da representatividade, de mostrar que por mais singular que eles sejam, eles sempre têm pontos de contato com o universo social. Então, me pediam para justificar, como qualquer professor pede para justificar um projeto de pesquisa. Se bem que, eu acho, se eu fizesse uma biografia do Borges de Medeiros, não sei se me pediriam tanto. Aliás, aí é o contrário. Tem uma moça que está fazendo doutorado na UFRGS, não é minha aluna, mas, enfim, ela está fazendo um trabalho sobre o Júlio de Castilhos. Até o olhar aí é diferente: será que não é demais? Como é que vai dar conta de tudo isso? Mas em relação a personagens menos conhecidos, como os que eu trabalhei, era mais no sentido de buscar qual é a significação social dessas vidas individuais, como se estudar uma vida individual não fosse suficientemente potente para se justificar. A justificativa tinha que ser mais para o lado social do que para o lado da singularidade.

Uma questão que se percebe nas biografias que eu tenho lido é que elas se justificam como “uma outra biografia”, não aquela biografia do regime de historicidade da exemplaridade. Sempre se tem que justificar como outra coisa, é uma biografia inserida no contexto da história-problema...

Isso! Acho que alguns gêneros ficaram tão marcados, como uma pecha. Agora, com recuo no tempo, eu vejo como injusta a crítica que a Escola dos Annales lançou à história historicizante, à história do evento, à história política, à história biográfica. A gente tem que dizer sempre que não é assim, que não é a biografia tradicional, apologética, da história política, como eu tenho visto nos resumos aqui da ANPUH: “Ah, eu sigo a linha da Nova História Política, não são mais os grandes personagens...”. Gente, a Nova História Política já é muito velha! Ninguém mais faz biografia nesse sentido, mais apologética. Mas eu acho que tu tens razão, Katani. Eu acho que a gente fica tendo que se justificar.

Eu fico pensando se isso também não é maximizado ou ampliado em função de outras práticas biográficas de fora do campo, que não são pautadas por critérios explicativos, ou que buscam fazer elegia a um personagem, mais para fins editoriais até, para virar best-seller. Recentemente, isso gerou o debate sobre a autorização da biografia pelos biografados ou familiares. Como é que a historiografia profissional se relaciona com esse tipo de questão?

É, eu acho que tu tens razão sobre essas outras produções biográficas. A gente tem que marcar uma espécie de diferença em relação a elas, porque são lugares de produção diferentes, que observam regras diferentes. Eu acho que isso é importante para explicar por que a gente tem que ficar todo o tempo se justificando, dizendo por que o empreendimento biográfico vale a pena. E vejo, inclusive, muitas pessoas dizendo que não é bem uma biografia, ou não é uma biografia “mesmo”, é uma “trajetória”. Enfim, usam outros termos que para mim são um pouco de eufemismo, ou de proteção contra essa ideia de uma biografia tradicional, ou contra outros tipos de escritas biográficas que continuam circulando. Eu nunca entendo bem o que isso quer dizer. Eu acho que a questão da “trajetória” talvez remeta um pouco a uma biografia mais sociológica, de enfoque bourdiano. Outros me dizem: “Não, é que eu não vou analisar a vida toda.” Então, por isso não seria uma biografia. Mas eu não sei se uma biografia necessariamente tem que ser do

nascimento até a morte. Na biografia do Coutinho, até pela questão de fontes, mas também porque não era o meu interesse, eu analisei um período muito específico da vida dele, que é o forte de sua militância socialista. Acho que essa questão do eixo cronológico, que para ser uma biografia tem que ir do começo ao fim da vida, isso é uma justificativa que aparece porque tem sempre esse fantasma não só da biografia antiga, mas também dessas biografias que compartilham o nosso presente, que têm muita aceitação pública, que têm uma visibilidade muito grande. Mas em relação ao debate sobre a autorização, eu acho que já estava na hora de ter essa medida legal, judicial, porque é muito constrangedor já haver uma censura prévia à publicação. Eu acho que as pessoas podem posteriormente se sentir desonradas e entrar na justiça. Isso faz parte de qualquer sociedade democrática. Mas a ideia de uma censura prévia sempre lembra, enfim, coisas muito autoritárias e ditatoriais.

**Sim... Eu fico pensando se a gente tem um código de ética, mesmo não declarado, dentro do campo historiográfico, que nos permite prescindir de uma regulamentação, nos termos do que se exige ou que se está reivindicando fora do campo, para evitar tratar de detalhes muito íntimos na biografia, por exemplo.**

Ah, eu não sei, porque acho que depende da tua problemática. Se você está tratando uma problemática que leva em conta a história da vida privada, gênero, enfim, talvez esse material da vida íntima seja importante para a análise mesmo. O problema é mostrar para o seu biografado, se ele é vivo, ou para os familiares, que aquilo não é um uso *voyeurístico* e superficial. Enfim, que não é só uma ideia de mostrar isso por mostrar, mas que faz parte de um argumento, de uma problemática... e não é uma matéria sensacionalista. Então, pode haver problemas com herdeiros. E é difícil mostrar isso para um leigo, quer dizer: “Olha, eu vou trabalhar com a vida privada de fulano, de fulana, porque vai me ajudar a entender melhor determinados aspectos do passado, da vida social.” Eu entendo perfeitamente o outro lado. Fico pensando se eu estivesse do outro lado, se eu também não ficaria com pudores pessoais, em relação aos meus familiares, porque a gente sabe que depois que o texto ganha o mundo, os usos podem ser muito diferentes. A questão, Jocelito, é que o nosso campo é, claro, permeado pela política, pelos usos sociais das quais os historiadores falam. Então, eu acho que a gente tem que ter um pouco de pudor, sim, nós historiadores, e ligar o botãozinho do cuidado quando se vai tratar da vida privada. Estou

pensando isso agora. Talvez a gente tenha que se colocar sempre na situação do outro. E se chegassem para ti com essa perspectiva, em relação aos teus pais, por exemplo? Talvez a nossa função seja negociar com essas pessoas, negociar no bom sentido, explicar, mostrar até onde a gente pode ir, até onde nós temos que fazer considerações mais genéricas. Porque sem dúvida isso é muito mais importante, me parece, do que qualquer tentativa de mostrar tudo, doa a quem doer. “As pessoas têm que saber”, têm que saber por quê?

**Aproveitando essa chave da discussão, tu tens tem uma experiência recente de pesquisa com um biografado vivo, que é o Flávio Koutzii.<sup>6</sup> Pode falar um pouco desse trabalho?**

Foi de longe a experiência mais desafiadora que eu tive nos meus trabalhos. Não só pelo Flávio ser vivo biologicamente, e espero que ele continue assim por muito tempo, mas por ele ser muito inteligente, e muito culto, e muito sabedor do tipo de trabalho que eu estava fazendo. Então, ele entendia exatamente o que é metodologia, o que é entrevista. Por um lado, é algo encantador porque nos desempodera. É diferente quando a gente está numa relação, não só em biografias, mas na história oral de modo geral, com pessoas com as quais a gente tem uma “superioridade”, muito entre aspas, claro, ou em termos de conhecimento, ou em termos sociais. Por mais que a gente tenha empatia com esses personagens, como normalmente acontece, existe uma relação de poder. Não estou dizendo que essas pessoas são desprovidas de poder, porque o jogo é mútuo. Mas com o Flávio foi uma relação muito íntima, uma relação muito igualitária, e ele percebe exatamente o que eu estou fazendo. Como eu disse, por um lado, isso é encantador, mas, por outro lado, é um desafio. Precisava tomar cuidado para não embarcar completamente na narrativa que ele estava me oferecendo. Não que ele propusesse isso, que eu fizesse uma biografia “chapa branca”. Eu tenho certeza de que ele se sentiria desrespeitado se fosse uma biografia chapa branca, autorizada. Mas ele é muito inteligente, muito sedutor. Tem uma narrativa muito interessante. Então, a possibilidade de eu embarcar nisso e sair da minha função de historiador sempre foi um risco, um risco discutido, inclusive, por nós. Em relação à questão anterior sobre a ética, eu acho que os cuidados foram redobrados e multiplicados. Agora, por exemplo, que a gente encerrou o texto, eu vou passar para ele o material. Está muito longo. Ainda precisa de cortes. Em vários momentos, eu escrevi, entre colchetes: “Flávio, posso falar isso”? Não

que ele tenha me estabelecido uma censura prévia, mas são coisas muito complicadas. Eu só me sinto à vontade se ele disser que eu posso, porque envolve questões muito sensíveis referentes à tortura, à prisão, à culpa, ao grupo guerrilheiro do qual ele participou na Argentina. Mais da metade dessas pessoas morreu na ditadura. Então, tem um mar de culpas aí que não é só ele, que várias pessoas carregam. Então, eu acabei fazendo parte dessa discussão com ele, com os companheiros. Mesmo que ele não tenha dito nada, eu faço questão de perguntar o que ele acha, para protegê-lo, proteger as pessoas, não magoá-las. Enfim, eu acho que essa questão do cuidado ético foi muito intensificada na minha cabeça. Como eu disse antes, não pode ser um “doa a quem doer”, em nome do conhecimento.

**Recentemente, houve a adaptação de um estudo biográfico teu para a linguagem cinematográfica.<sup>7</sup> Como tu avalias essa possibilidade?**

Foi um processo bem bacana. A biografia tem sido uma boa área, tem me levado a tantos caminhos. Eu não vejo por que fazer outra coisa. No caso do filme, eu estava em contato com essa equipe em função de outro trabalho mais institucional, quando falei da Gilda.<sup>8</sup> Foi um almoço lá no bar Ocidente. Eles se interessaram, e aí houve um longo período de tempo de captação de verbas. Essa produtora, Estação Filmes, entrava em editais e não ganhava, ou ficava na seleção até o final e depois não era a escolhida. Até conseguir uma verba do fundo de desenvolvimento da cultura do Município de Porto Alegre (Funproarte). Aí eles me chamaram para o trabalho, me chamaram para fazer parte de uma equipe, o que foi mais interessante. Eu não tinha o poder autoral que eu tenho nos meus livros e nos meus artigos. Eu entendi um pouco melhor o que é fazer cinema. Era uma equipe muito grande, que envolvia roteirista, o diretor, que era a figura mais importante; o montador, tinha música, tinha cenografia, tinha figurino, fotografia. E eu era só uma “partezinha” da equipe, a da pesquisa e um pouco de palpar no roteiro. Foi um trabalho muito menos autoral, mas do qual eu me orgulho muito. Eu acho que o resultado ficou muito bom, não de acordo com as minhas expectativas, porque eu nem sabia como que ia ficar no final. Mas eu gosto muito do resultado. É interessante porque dá uma dimensão do que é trabalhar em história pública, para públicos mais amplos, quando a autoria e a autoridade são mais divididas. Então, por exemplo, em algumas das nossas discussões, eu “ganhei”, digamos assim. Eu sempre insisti que o

filme fosse menos sobre a Gilda e mais sobre as memórias a respeito da Gilda. Eu senti que isso foi ficando mais forte no roteiro. Em outras, não foi o meu tipo de interpretação que prevaleceu. Continua no filme uma ideia de “mulher à frente do seu tempo”, o que para os historiadores nunca é uma posição louvável. Quer dizer, a gente sabe que todo mundo está no seu tempo, mas é uma construção de senso comum e artística mesmo. Mas foi muito bacana ter participado, pensar numa outra linguagem que não precisa ser tão demonstrada, tão explicada, tão referenciada. Uma linguagem um pouco mais livre, em que a imaginação flui mais, mas que exige fazer pesquisa também. E havia coisas sobre a Gilda que eu não tinha pesquisado, como as imagens. O tipo de entrevista também é completamente diferente, porque tem que ser uma entrevista muito “limpa”. Não é uma entrevista de História oral. Ela tem que ser visualmente interessante, com uma frase de impacto, e com uma ambiência. Tem que ser silencioso, tem que pedir, às vezes, para a pessoa repetir, perguntar o que ela queria dizer com isso... Um pouco botando na boca do entrevistado para que aquela frase tivesse uma boa performance. Eu acho que a gente tem que largar as angústias, largar o medo da cobrança dos colegas. É outro tipo de trabalho. Vamos assumir isso.

***Jocelito:*** A gente tinha pensado em concluir com uma pergunta sobre possibilidades e desafios da escrita biográfica hoje, daí a gente encontrou esse material...

***Katani:*** Eu recuperei essa reportagem, Benito, de 2005, em que tu apresentas uma lista de bons personagens para biografar.<sup>9</sup> Eu vi que agora tu estás desenvolvendo uma pesquisa sobre o Zezinho, que indicaste lá em 2005.

Eu nem me lembrava disso! Dois deles, o Zezinho<sup>10</sup> e o Vicente Rao<sup>11</sup> são meus personagens agora, junto com o Artur Pinto da Rocha. Tem mais uma personagem na lista, a Malvina Soares que foi biografada por um orientando meu.<sup>12</sup> Sobre o Henrique<sup>13</sup> a Elenita<sup>14</sup> fez. Eu não lembrava disso, achei que o Zezinho tinha entrado na minha cabeça há pouco tempo...

### **Teria uma nova lista de nomes possíveis de serem biografados?**

Acho que agora a gente já passou do momento de ficar justificando. Eu não gosto mais de toda aquela “historinha” que eu já fiz, e que muitos fizeram: a biografia era um gênero tradicional, aí vieram os Annales, o marxismo, e depois nós tivemos um renascimento, mas é uma nova biografia...

Acho que chega, deu. Acho que nós tínhamos que pensar em formas mais interessantes de narrativa. Eu acho que esse é um pouco o desafio, sem deixar de ser uma narrativa que nasce de um lugar de produção específico, de um lugar acadêmico, mas acho que isso não é um desafio específico da biografia, mas é algo que tem me interessado, assim, em pensar novas formas de escrita, mais criativas, que talvez passem por outras linguagens, por outros suportes, inclusive. Pelo menos no meu horizonte, com esses personagens que eu estou estudando agora, que são três personagens do século XX, que em algum momento – eu vou usar um termo contemporâneo, mas na época deles eram outros – tiveram certa relação com o homoerotismo, digamos assim, ou foram acusados, ou se “assumiram” (também não gosto muito dessa palavra).

Fazer uma coisa mais interessante com eles, em termos de linguagem, em termos de construção dos capítulos, em termos de temporalidades, misturar mais as temporalidades, e uma coisa importante, pelo menos neste trabalho, tem sido para mim, assim, de o biógrafo aparecer muito. Nesse caso específico, tem a ver com uma luta política, que é a luta que hoje dizemos LGBTTI – os termos são sempre muito essencializadores. E então tem a ver com uma postura política minha, pessoal, de me colocar politicamente, sem que isso signifique nenhuma essência, como intelectual Gay. Então, tem essa função, e aí tem algo que considero importante, em que eu tenho pensado muito: alguns colegas têm falado numa “virada ética” da historiografia. Tem um texto bacana do professor Valdeci e do professor Marcelo lá da UFOP, sobre o giro ético da historiografia.

Não é exatamente o que a gente pensava, claro, da biografia no regime antigo, como mestra da vida, mas eu entendo que esses nossos personagens podem ser inspiradores para o presente. Então, não quero esconder. Eu sinto que esses personagens têm que ser revistos. Não é uma ideia de que a história se repete, que nós temos que seguir ou evitar, enfim, mas eu acho que essa carga ética da biografia é algo bom de se recuperar nesse momento que a gente vive, tão tenebroso. Eu vejo

que esses personagens têm que nos ajudar a pensar o presente, talvez um pouquinho mestres da vida, mestre num sentido não autoritário, mas de nos fazer pensar, de nos ajudar a ver outras possibilidades de viver, de se subjetivar.

## Notas

---

<sup>1</sup> Professora aposentada no Departamento de História da UFRGS.

<sup>2</sup> Antonio Guedes Coutinho (1868-1945), líder socialista português radicado no Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM).

<sup>4</sup> O trabalho foi publicado como *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho* (Editora da UFRGS, 2000).

<sup>5</sup> Carlos Cavaco (1878-1961) e Francisco Xavier da Costa (187?-1934), líderes socialistas estudados na tese de doutorado do entrevistado.

<sup>6</sup> Flávio Koutzii participou das lutas contra as ditaduras brasileira e argentina nos anos 70. Foi preso na Argentina entre 1975 e 1979 e voltou ao Brasil após uma campanha internacional para sua libertação. Nos anos 80, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>7</sup> *Gildíssima* (2014), documentário em curta-metragem, direção de Alexandre Derlam.

<sup>8</sup> Gilda Marinho (1900-1984), jornalista e escritora gaúcha, militante socialista, conhecida como uma das primeiras colunistas sociais do estado. A pesquisa

sobre a personagem foi intitulada “Gildíssima: mito, memória, gênero, militância e alta sociedade na trajetória de Gilda Marinho”.

<sup>9</sup> SCHIMDT, Benito Bisso. Relações perigosas: história e biografia. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 10 de dezembro de 2005, p. 4-5.

<sup>10</sup> José Carlos Oliveira, militante socialista, defensor da causa *gay*.

<sup>11</sup> Primeiro Rei Momo oficial de Porto Alegre.

<sup>12</sup> DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Tese (Doutorado) – Professor no Departamento de História da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

<sup>13</sup> Henrique Luis Roessler (1896-1963), ambientalista gaúcho.

<sup>14</sup> PEREIRA, Elenita Malta. *Roessler: o homem que amava a natureza*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2013. Professora colaboradora no Departamento de História da Unicentro-PR. Foi orientanda, no doutorado, do entrevistado e produziu biografia sobre José Lutzenberger.